



Informativo da

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Brasília, 09 a 15 de novembro de 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS



André Luis Rodrigues

Regulamentar profissão de aeronauta pode aumentar segurança de voos

Agência Câmara Notícias - editado

A CTASP promoveu, no dia 05, audiência pública para discutir o projeto de lei 8255/14, já aprovado pelo Senado, que regulamenta a profissão de tripulante de aeronave ou aeronauta - o que inclui pilotos, copilotos, comissários e mecânicos de voo.

O PL vai atualizar a Lei 7.183/84, que já tem mais de 30 anos e é considerada defasada. O relator da proposta, Deputado Benjamin Maranhão (SD-PB), Presidente da Comissão, deve apresentar seu parecer no dia 18 de novembro para que o projeto seja votado até o fim do ano.

Participaram da audiência: representantes dos aeronautas, das empresas de aviação comercial, de táxi-aéreo, de pulverização agrícola, além de representantes da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

De acordo com os presentes, o principal objetivo do governo, das empresas e dos aeronautas é garantir segurança nos voos, sem reduzir produtividade. Segundo estatísticas da Agência de Segurança nos Transportes dos Estados Unidos, a fadiga humana contribui para aproximadamente 20% dos incidentes e acidentes aéreos.

Diferenças entre segmentos.....

Outros segmentos que envolvem a aviação brasileira, como taxi aéreo e aviação agrícola, pediram uma maior flexibilidade nas regras, sob a alegação de que há diferenças entre estas funções e o serviço de aeronautas das empresas comerciais.

Nelson Antônio Paim, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (SINDAG), disse que escalas de voo com limites rígidos de horários não são apropriadas para uma atividade com alto índice de imprevisibilidade, que depende de variáveis como época do ano e condições meteorológicas.

Existem, no Brasil, 226 empresas aéreas específicas para o serviço de pulverização, sem contar 199 produtores rurais que têm

“É preciso garantir a segurança dos voos, mas também os empregos do setor. Esse tema é essencial para o país”, disse Benjamin Maranhão.

A proposta obriga as empresas a planejarem as escalas de voos dos tripulantes com base em Programa de Gerenciamento de Risco da Fadiga, de acordo com padronização internacional.

O programa será fiscalizado pela Anac e vai ser usado para permitir ou não a flexibilização de escalas de serviço, duração de jornadas de trabalho e até folgas, que estão definidas no projeto mas que podem ser alteradas, dentro de certos limites, mediante acordos entre as categorias envolvidas e as empresas.

O texto foi considerado positivo pelas empresas áreas por ser flexível e permitir mudanças mediante acordos com as categorias. “Temos que pensar também na produtividade dentro do sistema de gerenciamento da segurança operacional e do sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga, que traz em seu bojo responsabilidade compartilhada”, disse Paulo Roberto Alonso, da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR).

frotas próprias.

As empresas de táxi aéreo também reivindicam regras flexíveis. O setor transporta um milhão de passageiros por ano e atende 3.500 municípios – enquanto a aviação comercial civil só chega a 134.

“Os pilotos trabalham por demanda. Não há destino definido por antecedência. Geralmente voos são contratados na véspera”, disse Fernando Alberto dos Santos, Superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Taxi Aéreo (SNETA).

O texto tramita em caráter conclusivo e, depois de votado pela Comissão de Trabalho, terá de ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Livre exercício da profissão de músico

A CTASP aprovou, durante a última reunião deliberativa ordinária (04), o Projeto de Lei nº 6.303/09, de autoria do Deputado Zequinha Marinho, que dispõe sobre o livre exercício da profissão de músico. A Comissão votou, também, pela rejeição dos PLs 6.930/10 e 743/11, apensados, de idêntico teor ao projeto principal.

O Projeto propõe a revogação dos artigos 16, 17, 18, 28, 29, 30 a 40, 52, 54, 64, 66, 68, 69 da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil.

De acordo com o relator, Deputado Lucas Vergílio (SD/GO), as atividades culturais só devem passar pela interdição estatal quando há potencial risco ou dano efetivo provenientes do exercício da profissão. “É inegável que o exercício da profissão de músico não impõe quaisquer riscos à sociedade e que, portanto, a exigência de registro profissional para a sua atuação representa violação às liberdades constitucionais de expressão artística e de ofício ou profissão, constantes, respectivamente, dos incisos IX e XIII do art. 5º da Constituição Federal”, justificou Lucas Vergílio.

CTASP rejeita PL que trata de modificação no vale-transporte

A Comissão de Trabalho rejeitou o Projeto de Lei nº 6.851/10, de autoria do Senado Federal, que dispõe sobre o custeio integral do Vale-Transporte pelo empregador, sendo ele pessoa física ou jurídica. Foram rejeitados também os PLs 4196/08 e 985/11, apensados.

A proposição também foi rejeitada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

De acordo com o relator na CTASP, Deputado Silvio Costa (PSC/PE), o PL poderá prejudicar aqueles empregados que morem distante de seus locais de trabalho. Isso levando em consideração que empregadores podem desistir da contratação para não terem que arcar com o custeio do vale-transporte em sua totalidade. “É possível vislumbrar que o projeto é de cunho discriminatório, quanto à oportunidade de emprego. De modo semelhante, tal oneração a ser posta às empresas apenas contribuiria para a informalidade, criando distúrbio num sistema que atualmente se mostra eficaz se tal inovação.”, justificou o Deputado, em seu parecer pela rejeição.

Perfil do Parlamentar

Deputado Walney Rocha



Ingressando na carreira política em 1988, como vereador de sua cidade natal Nova Iguaçu (RJ), Walney Rocha soube ouvir da população suas maiores necessidades e deficiências. O reflexo de seu trabalho, assim como o sentimento de gratidão e reconhecimento da população pôde ser sentido quando em 1992 Walney Rocha foi reeleito a segunda vez como o vereador mais votado de seu município. O incentivo à educação, saúde, cultura e ao direito dos aposentados sempre fizeram parte de seu trabalho de inclusão social.

Atualmente, cumprindo seu segundo Mandato como Parlamentar, Walney Rocha sempre conseguiu grandes investimentos, principalmente para realização de obras que melhorassem a infra-estrutura e a qualidade de vida da população. Walney é autor de diversos Projetos de Lei.

Um de seus projetos, o 1920/2011 que dispõe sobre o fim das Vistorias presenciais no Rio de Janeiro, já encontra-se no Senado Federal como PLC 140/2015.

Também é relator de Projetos de Lei com grande importância para o País como o PL 2576/2015 do Deputado Autor: Vinicius Carvalho (PRB-SP) que foi aprovado na CTASP e determina a divulgação, nos recintos de atendimento ao público de órgãos e entidades da administração pública, das condutas que configuram o crime de prevaricação. É atuante nas Comissões: CTASP, CEHIDRIC, CESINDIC, PEC45301, PL162815, PL423812, SUBSUS.

Suplente das Comissões: CSSF, CETRANSP, PL101311, SUBSAUDE.

Agenda

10/11

Audiência Pública: Discutir o teor do Projeto de Lei nº 1.911/2015

Horário: 14h30 **Local:** Plenário 12

24/11

Audiência Pública: tratar de interesse particular aos policiais e bombeiros militares do DF.

Horário: 14H30 **Local:** Plenário 12

Informativo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Presidente: **Benjamin Maranhão** (SD/PB) | Texto e diagramação: Melina Fleury | Colaboração: Agência Câmara | Fotos: Melina Fleury | Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala 50 CEP: 70.160-900 Fone: (61) 3216-66805 | e-mail: ctasp.decom@camara.leg.br | Site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>